

# OS CAMINHOS DA LIBERDADE :

## DA IDADE DA RAZÃO À IDADE DA REVOLTA

DISCUSSÕES SOBRE A POLÍTICA E A CULTURA  
NO PÓS 25 DE ABRIL

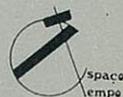


António Fonseca Ferreira  
António José Saraiva  
Augusto Abelaira  
Boaventura de Sousa Santos  
Diana Andringa  
Eduardo Lourenço  
Eduardo Prado Coelho  
Ernesto Melo Antunes  
Fernando Belo  
Fernando Pitelira Santos  
João Martins Pereira  
José António Saraiva  
José M. Paqueta de Oliveira  
José Miguel Júdice  
Juan Mozzicafreddo  
Luís Salgado de Matos  
Manuel de Lucena  
Maria Antónia Fiadeiro  
Maria de Lurdes Pintasilgo  
Miguel Serras Pereira  
Regina Louro  
Vitor Matias Ferreira

316

102

SELECÇÃO DE TEXTOS  
E APRESENTAÇÃO DE JUAN MOZZICAFREDDO



## O MILITANTISMO E OS MOVIMENTOS COLECTIVOS\*

João Martins Pereira

A explosão popular "libertária" que em Portugal se deu nos anos 74/75 ainda hoje deixa muitos pelo menos tão perplexos quanto a mim me supreende o silêncio tumular que sobre ela têm feito os intelectuais portugueses (os de esquerda, bem entendido). Porque se é certo que, enquanto intelectuais, eles não terão ilusões de que nada poderiam ter mudado, é da sua função (e terão outra?) forjar, a partir da "experimentação social" que é por excelência um processo revolucionário, novos instrumentos de análise e novas propostas teóricas. Assim se enriquecerá o processo colectivo de "acumulação cultural" e se irá contribuindo para dar corpo a um projecto de transformação social cada vez mais consistente e adequado às condições reais da sociedade.

É bem conhecido que em todos os processos revolucionários a "revolta popular" se pôde exprimir em múltiplas iniciativas que, num dado momento, deram ao político o seu mais alto significado, na medida em que a vida quotidiana de cada um era uma integração permanente da festa e da luta, da aprendizagem e da criação, da solidariedade e do conflito, uma confrontação constante entre o real e o imaginário, uma contínua interrogação (implícita) sobre si próprio e os outros, em que o cultural, o económico, o político (no sentido restrito), o social inextricavelmente se articulam a nível mais ou menos consciente. Todos sabemos também que tal movimento sempre terminou às mãos do velho poder ou do novo poder. Porque pensar então que o caso português poderá ser teoricamente mais fecundo do que os precedentes?

Por duas razões pelo menos. Por um lado porque é a primeira vez que tal sucede num contexto "europeu", num país que, embora dependente e não altamente industrializado, já apresenta muitos dos elementos e relações caracterizadores da estrutura complexa dos paí

---

\* Revista Gazeta do Mês, 1, Maio, 1980.

ses mais desenvolvidos. Por outro, porque ele se veio a produzir num momento em que o debate teórico se defrontava, na esteira de 68, com novas e importantes questões. À proposição poder = propriedade (dos meios de produção), outrora de fácil apreensão, veio juntar-se (sem a substituir) uma nova proposição poder/saber, mais esquemática ainda, mas sobretudo portadora, ao mesmo tempo, de confusão e de esperança. Portadora de confusão já que se torna particularmente difícil apercebermo-nos da efectiva articulação entre os três elementos (poder, propriedade, saber), tantas mediações se escondem por detrás das falsas evidências. Portadora de esperança no sentido em que parecerá mais fácil a cada um o acesso ao saber (qual?) do que a uma propriedade cada vez mais concentrada e "anónima", se não mesmo transnacional. E não nos confortará para além disso o facto de que, finalmente, cada um de nós sabe alguma coisa: não estará aí, desde logo, uma parcela, ínfima que seja, de poder? Os Estados modernos souberam tirar partido destas ambiguidades, e puderam alimentar e canalizar tais esperanças adoptando formas astuciosas de descentralização administrativa ("poderes locais") e aceitando/absorvendo no seu acervo cultural aqueles "germes libertários" que, por subversivos que se afirmem (sejam?), não ameaçam a prazo previsível o poder de Estado, pois nem sequer visam disputá-lo.

Este é um ângulo que nos parece interessante para analisar a questão do militantismo no Portugal pós-Abril.

#### QUE MILITANTES? QUE SABER?

Qual o papel exacto do militante no movimento social vigoroso que entre nós se verificou nesse período?

No seio de um movimento espontâneo (uma ocupação de casas ou de terras, a criação de um grupo de teatro, de uma creche, de uma clínica popular, etc., etc.) o militante é, de algum modo, aquele que sabe. E a este nível não é difícil de compreender a ambiguidade desta expressão. Com efeito, o que sabe o militante? De onde lhe vem esse saber (poder)? Estamos a excluir, obviamente, os militantes "passivos", os que apenas obedecem ou "cumprem tarefas", mesmo quando desenvolvem grande actividade. Na realidade eles não são elementos determinantes da acção, ainda que nenhuma acção seja possível sem eles.

Para responder às duas questões anteriores há que introduzir aqui uma distinção fundamental. Numa acção colectiva do tipo das que em Portugal se multiplicaram em 74-75, podem geralmente observar-se duas formas de militantismo, às quais correspondem formas diferenciadas de saber. De um lado, os que "conhecem a teoria" ou, pelo menos, conhecem as instruções que lhes são transmitidas por dirigentes políticos que se admite saberem traduzir a teoria em prática: são os militantes políticos, de um modo genérico os que pertencem a organizações políticas. Eles são os mediadores encartados entre a teoria e a prática, os portadores daquela para o local onde esta se exerce. Do outro lado, temos os militantes que "pensam a

acção em si", não conhecem nem teoria nem as orientações (muitas vezes tácticas) que dela decorrem, e por isso só sabem o que fazer em cada momento em função dos dados fornecidos pela própria acção (apoiando-se, bem entendido, em critérios provenientes do seu conhecimento vivido do contexto político cultural em que a acção se desenvolve).

Para os primeiros, tal acção específica não é mais do que uma parte da luta "mais geral" pelo poder (político de Estado). Para os segundos, a acção em que estão empenhados representa toda a acção, é a luta por um poder (localizado): só a sua exemplaridade a projecta para fora de si própria, e não qualquer articulação "racionalizada" por agentes exteriores.

O militante de uma comissão de moradores que encoraja e auxilia uma família a ocupar uma casa vaga ao lado do bairro de lata onde vive, está a "transmitir-lhe" um poder, ao demonstrar-lhe (ao dar-lhe a saber), sem necessidade de referências teóricas, que se trata de um direito que lhe assiste em absoluto, e que seria aberrante não fazer uso dele. O outro militante (político) que, no último momento, vem lembrar a essa família que a casa em questão pertence a um emigrante e que a sua ocupação faz correr o risco, só por si, de "voltar os emigrantes contra a revolução", este militante dá-lhe a saber "outras coisas", fala-lhe de outras razões, as do poder (a conquistar).

De igual modo, quando um grupo de militantes de bairro ou de aldeia toma a iniciativa de criar um pequeno grupo teatral local, o militante político virá em dada altura sugerir um certo reportório ou então moderar certas passagens da peça em ensaios "a fim de não chocar os católicos" ou, muito simplesmente, em função da linha a seguir.

## REVOLTA E REVOLUÇÃO

Tudo isto se viu em Portugal naquele período. Também não é segredo para ninguém que entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro (e mais particularmente depois do 11 de Março) se assistiu a um controlo gradualmente crescente por parte de militantes políticos sobre as acções colectivas que, nos primeiros tempos, se multiplicaram por iniciativa espontânea de militantes saídos das massas populares, a nível local/habitacional e a nível das empresas (comissões de trabalhadores).

Daí que muitos ainda hoje atribuam o fracasso final do processo revolucionário a esta "apropriação" pelas organizações políticas das iniciativas e acções populares ou, por outras palavras, à crescente preponderância da questão do poder sobre a dos poderes. Penso tratar-se de análise demasiado simplista, ainda que seja ponto a merecer discussão desapassionada. De facto, face ao que em Portugal se passou, julgo que numa sociedade deste tipo (e com a maioria de razão nas sociedades mais "industrializadas") a questão do poder não pode ser ignorada ou menosprezada. As acções colectivas pontuais,

certamente decisivas e de qualquer modo inerentes a um processo revolucionário, nunca chegarão só por si para abater um poder económico/político concentrado e tentacular, muito estruturado e dispondo de meios repressivos eficazes, se não se encontrar forma de as integrar num movimento poderoso visando esse poder. Mesmo em situações de "duplo poder", em que o poder de Estado se encontra debilitado e hesitante, se diz "revolucionário" ainda que paralisado por insolúveis contradições, mesmo em tais casos a máquina capitalista (nacional e internacional) e a acção das centrais estrangeiras da contra-revolução serão quase sempre suficientes para triunfar dos dois poderes: isso viu-se entre nós e não é, longe disso, o primeiro caso.

O problema subsiste, pois, intacto. Como lançar uma ponte sólida entre o saber muito localizado mas muito profundo (porque fortemente radicado nas motivações colectivas da acção) do militante popular e o saber globalizante mas "estranho" do militante político? Como transformar a revolta em revolução? De acordo com a experiência portuguesa, que neste ponto não se distingue de outras, é - se tentado a admitir que em qualquer situação revolucionária estes dois tipos de militantes estarão sempre presentes e que ambos desempenham funções essenciais. A chave poderá estar no tipo de organização política (na sua estruturação e inteligência) que visa o poder: os seus militantes não poderão ser simples agentes de transmissão de instruções vindas "de cima", isto é, de um saber imutável traduzido para efeitos da acção em "palavras de ordem"\*.

#### UM IMENSO SABER

As acções espontâneas, nascidas no seio mesmo das massas em movimento, não podem ser olhadas como qualquer coisa que se tem de "fazer entrar" na teoria. Pelo contrário, se tais acções seguramente constituem outros tantos momentos de "experimentação social", a teoria deve submeter-se através delas a um teste, da qual pode sair modificada e por certo enriquecida. Os militantes políticos ditos "revolucionários", atafalhados de ortodoxias diversas, mas tendo quase todos como ponto de partida uma visão muito grosseira da luta de classes, sentem a maior dificuldade quando inseridos em acções

---

\* Objectar-me-ão alguns que muitos militantes de certas organizações de extrema-esquerda se distinguiram justamente pelo facto de que o seu comportamento se inspirava, pelo contrário, na ideia de que "o povo tem sempre razão". Na realidade, seria ridículo admitir que essas organizações visavam o poder; e os seus militantes eram geralmente jovens "intelectuais/estudantes" muito complexados face ao "povo". Eles não faziam mais (até porque não recebiam "de cima" quaisquer instruções com alguma coerência teórica/prática) do que mimar os militantes populares, evitando evitar quaisquer contradições. O processo revolucionário poderá não ter ganho muito com a sua acção. Em contrapartida, eles talvez tenham ganho alguma coisa na luta contra os seus fantasmas.

que, com toda a evidência, não relevam de forma imediata do afrontamento proletariado-burguesia. E no entanto, é nestes termos primários que eles intervêm e que, no fim de contas, se desacreditam. Daí que não sejam concebíveis revoluções em sociedades capitalistas avançadas sem que surjam movimentos políticos organizados de um novo tipo, cujos militantes serão autênticos nós de articulação entre os poderes e o poder (uns e outros a conquistar), entre a vida e as instituições, entre a sociedade civil e o Estado. Os "novos militantes" deverão dispor do poder de reformular constantemente o seu saber (teórico) em função dos saberes que adquirem no decurso da acção em que estão empenhados. E inversamente para os militantes que surgem da própria acção. No limite, os dois tipos de militantes mo deveriam confundir-se: condição indispensável para a existência de um movimento de massas em que a democracia tenha um novo sentido. A fórmula clássica da "aliança da classes" perderá muito do seu sentido habitual (aliás quase sempre demasiado abstracto): ela far-se-à no próprio interior de uma organização muito aberta, em que a informação circulará vigorosamente em todos os sentidos.

É certo que em Portugal foi o contrário disto que se passou. Que no momento actual praticamente não subsistem acções colectivas que não sejam lançadas ou apadrinhadas por organizações políticas ou sindicais, nas suas formas institucionais tradicionais. Que dirigentes e militantes políticos continuam a agir de forma imutável, prontos a cometer os mesmos erros. No entanto, é indispensável ter presente que durante o processo decorrente do 25 de Abril um imenso saber se acumulou nos "interstícios" da sociedade, ainda que por vezes "amargo". A melhor forma que porventura nos ocorre de comemorar o 25 de Abril é trabalhar para que esse saber volte à superfície. Se, numa perspectiva revolucionária, a questão do poder se não coloca num horizonte de curto prazo, já a questão dos poderes / saberes tem de ser objecto de uma grande mobilização de energias, pois é no plano do quotidiano individual e colectivo que se tem de caldear a "alternativa" do futuro. A simples "recordação" (ou "restituição") da festa que vivemos continua - tem de continuar - a representar um potencial de acção capaz de ultrapassar os desencantos ou as tentações de renúncia. O tempo não está para avestruzes.